

Trabalho apresentado no 13º CBCENF

Título: AIDS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Relatoria: ADNA MARIA CASTRO
Antonio Tiago da Silva Souza

Autores: Anderson da Silva Sousa
Diana Silva de Oliveira
Kádja Karla de Sousa Magalhães

Modalidade: Pôster

Área: Ensino e pesquisa

Tipo: Pesquisa

Resumo:

INTRODUÇÃO: O confinamento em sistemas prisionais, onde há um enorme potencial educacional, carece de ações educativas e cuidados à saúde, fator que contribui para a vulnerabilidade e o aumento de doenças como a AIDS, por exemplo. O país tem a oitava maior população carcerária por habitante e o número de presos aumentou consideravelmente nos últimos 12 anos. **OBJETIVOS:** O trabalho tem como objetivo descrever os fatores de risco para a vulnerabilidade à AIDS entre a população carcerária, bem como caracterizar o panorama da AIDS no sistema penitenciário do Brasil de acordo com a literatura. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, realizado nos bancos de dados Scielo e Bireme no período de janeiro a abril de 2010. Os critérios para a seleção foram publicações de origem nacional do período de 2005 a 2009, sendo selecionados 14 artigos. **RESULTADOS:** Evidenciou-se como fatores de risco as relações homossexuais sem o uso do preservativo, a violência sexual praticada por parte dos outros presos, o compartilhamento do uso de drogas injetáveis e de material usado em tatuagens, piercings, lâminas de barbear, restrição do espaço e da mobilidade, além da esterilização inadequada ou reutilização de instrumentos médicos ou odontológicos. O relatório da Human Rights Watch, em 1998, fundamentado através de pesquisas realizadas na população carcerária em todo Brasil encontrou índices de contaminação por HIV em aproximadamente 20% dos brasileiros. **CONCLUSÃO:** A ação de prevenir a transmissão desses agravos em ambientes prisionais e de disponibilizar serviços de saúde às pessoas que vivem com AIDS nesse meio se insere em esforços mais amplos de melhoria das condições de privação de liberdade. Dessa forma, a implementação das ações previstas nos programas de saúde submetem-se à função social da propriedade intelectual frente o direito à saúde.